

Ir para fora

Expatriação e mobilidade internacional de trabalhadores em Portugal

João Vasco Coelho

IR PARA FORA

EXPATRIAÇÃO E MOBILIDADE INTERNACIONAL
DE TRABALHADORES EM PORTUGAL



LISBOA, 2022

© João Vasco Coelho, 2022

João Vasco Coelho

Ir para fora. Expatriação e mobilidade internacional de trabalhadores em Portugal

Primeira edição: outubro de 2022

Tiragem: 200 exemplares

ISBN: 978-989-8536-80-8

Depósito legal:

Composição em caracteres Palatino, corpo 10

Conceção gráfica e composição: Lina Cardoso

Capa: Lina Cardoso

Revisão de texto: Ana Valentim

Impressão e acabamentos: Europress, Ld.^a

Este livro foi objeto de avaliação científica

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,
de acordo com a legislação em vigor, por Editora Mundos Sociais

Editora Mundos Sociais, CIES-Iscte, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa,
Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa

Tel.: (+351) 210 464 410

E-mail: editora.cies@iscte-iul.pt

Site: <http://mundossociais.com>

Índice

De joelhos	ix
Introdução.....	1
1 Empresas, trabalho e mobilidade internacional de trabalhadores em Portugal. Um problema de pesquisa.....	5
Trajétoria socioprofissional dos indivíduos expatriados.....	9
Relação estabelecida (pelos indivíduos expatriados) com as práticas de gestão	11
Experiência da relação com o outro (num contexto de expatriação).....	12
2 Uma prática de mobilidade internacional de trabalhadores.	
A expatriação	15
O recrutamento de expatriados: motivação, seleção, seletividade	21
Integração e regresso de um contexto de expatriação	26
Mobilidade e expatriação: uma compulsão, um requisito de gestão	30
A conciliação trabalho-família, num contexto de expatriação.....	33
Expatriação e identidade: a expatriação como experiência vivida.....	38
3 Mobilidade internacional e expatriação. Retrato(s) de experiências vividas	55
O indivíduo-conforme: a integração por conformação a um referente externo.....	57
O indivíduo-trajetória: a regulação personalizada, de base afinitária ...	72
O indivíduo-em suspensão: um compromisso condicional na relação com a situação presente.....	106
Em síntese	130

4	Considerações finais	139
	Anexo A Nota metodológica.....	147
	Anexo B Os cinco contextos empresariais considerados no estudo	151
	Anexo C Caracterização geral dos contextos empresariais considerados no estudo	153
	Anexo D Guião de entrevista a indivíduos expatriados.....	163
	Anexo E Caracterização geral de indivíduos entrevistados.....	167
	Anexo F Caracterização das trajetórias dos indivíduos entrevistados.....	169
	Referências bibliográficas	173

De joelhos

A redação do presente livro teve lugar entre janeiro de 2016 e janeiro de 2022. A redação da presente nota introdutória teve início em junho de 2016. Foi revista vinte e duas vezes, aguardando, paciente, a voz que iria um dia afirmar a sua completude. A redação do presente texto dependeu da disponibilidade graciosa, irrestrita, de muitos, do apoio institucional do CIES, do ISCTE-IUL e do apoio material, decisivo, da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, que possibilitou a realização de um estudo de doutoramento, amparo primeiro do livro que agora se apresenta. Entre janeiro de 2016 e janeiro de 2022, o autor contactou empresas, pessoas em empresas, pessoas que já estiveram em empresas, para, no essencial, tentar perceber a vida que há (que sobra) no que a sociedade e a economia aparentemente lhes destinam. Entre janeiro de 2016 e janeiro de 2022, o autor sentou-se em quatro bibliotecas, em vinte e cinco conferências, em mais de cem cafés, em mais de vinte localidades distintas, e escreveu à mão. Entre janeiro de 2016 e janeiro de 2022, o autor sentou-se mais de quinhentas vezes no Teatro Académico Gil Vicente, de Coimbra, ao lado de estudantes que falavam enquanto olhavam os ecrãs e estudavam (talvez) uma de três coisas: o cancro, a aplicação de leis, a *internet*. Neste intervalo de tempo, o autor publicou quinze artigos, pediu mais de quinhentas águas das pedras, consultou mais de quinhentas referências, olhando, por vezes, pela janela, a verdura frondosa de um choupo.

Sentado, a sua razão, o seu empenho, pareceu sempre um esforço pobre, menor, desqualificado, inconsequente. Entre janeiro de 2016 e janeiro de 2022, o autor ouviu mais de quinhentas vezes o “Caribbean Queen (No More Love on the Run)” do Billy Ocean, apenas para ver o que depois acontecia. Neste intervalo de tempo, o autor tentou, como o Manoel de Barros, prender o tempo a um poste. “No More Love on the Run”, assim dançou o Billy Ocean. Entre janeiro de 2016 e janeiro de 2022, o autor preocupou-se com a escassez de futuro, com o emprego que falta, que faltará, com o dinheiro, coisas assim de olho prático, que dão nome e bom cabelo, fotografias em ecrãs, nos jornais que se compram ao domingo. Neste intervalo de tempo, o autor enviou para si próprio, alheio aos primores da técnica adventícia, mais de três mil mensagens de telemóvel, com breves, brevíssimas notas mentais,

para ver se não se esquecia. Entre janeiro de 2016 e janeiro de 2022, a Eduarda foi aos sítios, com um iban, dançar o frescobol. O avô António, infalível, abriu portas, muitíssimas. A professora Luísa passou a ser apenas Luísa. A Luísa fez sempre poucas perguntas: são sempre poucas, as perguntas certas. A Antónia nasceu, o Silvestre nasceu, entretanto, upa-upa, lembrando o autor do azul que há no que a avó Rosa agora pinta. Entre janeiro de 2016 e janeiro de 2022, a Lí'ana, sempre presente, perguntou quinhentas vezes se estava a correr bem, porquê ler um estudo de mil novecentos e oitenta, para que serve um estudo, uma teoria, um doutoramento. Ouviu o autor a tentar pensar, tantas, tantas (quinhentas?) vezes, nas subidas. Neste intervalo de tempo, a Eduarda, sempre tão mafalda, percentil noventa, disse que não, pediu ao pai para não ir.

Para que serve um estudo, um livro, um doutoramento. Para que serve um doutoramento numa ciência social. Para que serve um doutoramento numa ciência social em Portugal. Os avós mais velhos, cientes do tempo que toma olhar os olhos de uma coisa, a perguntar se já havia trabalho à vista. “É melhor, talvez, arranjares um emprego”. “Olha, o Manel é que está agora bem: fala com ele”. “Olha, aquela empresa está a contratar”. “Olha, já viste esta vaga?”. Para que serve um doutoramento? O autor gostaria, a este propósito, de poder citar Frederico Lourenço a propósito da utilidade de estudar grego (“serve para tudo”, disse numa entrevista). A ciência social em Portugal será, talvez, como as “máquinas” do Manoel de Barros “que servem para não funcionar”: “Quando cheias de areia de formiga e musgo — elas / podem um dia milagrar de flores”. Mais vale, talvez, concorrer a empregos. Isso de estudar, de investigar não é uma vida própria, não é propriamente uma vida. Ser bolsheiro de investigação em ciência social, em Portugal, equivale a uma para-existência, enformada pelos mais estritos rigores da desqualificação social. Como a Filipa, uma das entrevistadas, sugere, haverá condições de trabalho (de existência) onde não se é propriamente uma pessoa. O percurso foi, portanto, pálido, fez-se, desde o primeiro rascunho, de joelhos. Para que serve um doutoramento. Para que serve um doutoramento numa ciência social. Para que serve um doutoramento numa ciência social em Portugal. Serviu para aprender a interrogar o muito, esperando pouco, muito pouco. Sem esperança, sem medo.

Entre janeiro de 2016 e janeiro de 2022, o autor concorreu a empregos, a doze empregos, participando em seis processos concretos de recrutamento. Chegou por três vezes a uma lista final de seleção. O perfil pretendido sentenciou, porém, por fim, enfim, a sua exclusão.

Avanço, recuo, silêncio. Silêncio, silêncio. Deceção. Nove semanas, em exclusivo, a transcrever, na íntegra, entrevistas. Quatro, cinco, seis horas para transcrever uma hora de entrevista. Auscultadores, ficheiro Word, *Stabilo Boss*, caneta. Dez semanas, em exclusivo, a pensar no que as entrevistas diziam. *Software*, janelas, tecnologismo, uma linguagem de variáveis boa de mostrar. Parecia que estava finalmente a acontecer algo técnico, científico. Finalmente: algo digno, diferenciado, que se poderia mostrar, referir a outros, sem vergonha. Em paralelo, sempre presente, a consciência de que a recompensa, a atenção angariada seria sempre pouca, em função do investido.

Entre janeiro de 2016 e dezembro de 2016, o autor redigiu trezentas páginas, das quais restavam vinte em dezembro de 2017. Possivelmente, sem as primeiras trezentas páginas, as vinte páginas remanescentes não teriam sido escritas. Entre janeiro de 2016 e janeiro de 2022, o texto que aqui se apresenta foi redigido. Neste período, o autor sorriu pouco, muito pouco, como se o sorriso fosse, em si mesmo, um luxo impróprio, indecoroso. No autor, cresceu, infindável, o músculo silencioso da paciência, da persistência invisível, desatendida, que não se sabe, que não se diz, que não se aplaude. Que marca, que mói, que fica.

O Filipe, a Filipa, a Joana, o Enzo, o Xavier. Quarenta e duas entrevistas, treze das quais remotas, quatro das quais sem ver alguma vez o rosto de quem se dizia. Uma disponibilidade surpreendentemente confidente. O autor, um depositário do arrimo movente de práticas empresariais, de recortes de experiências pessoais assim ditas. A todos, o autor agradece por escrito, por extenso. Este foi um período singular, memorável, da sua vida.

Introdução

O presente livro surgiu na sequência do confronto quotidiano, continuado, do seu autor, com um universo particular de práticas de gestão de empresas, pessoas e equipas, apensas à necessidade de organização, regulação e gestão do trabalho e de trabalhadores mobilizados num cenário internacional, um confronto vivido quotidianamente durante quatro anos consecutivos num contexto empresarial específico, em que uma prática de gestão aí em uso, a expatriação, era apresentada e representada de modo díspar, dissonante, em função do interlocutor considerado.

A expatriação, a mobilidade, o projeto, a carreira internacional, global, entendidos em fóruns particulares — mediáticos, gestionários, políticos — como experiências *douradas*, glamourosas, recursos desejáveis, porque anódinos e valorizadores das trajetórias pessoais e profissionais contemporâneas (Doherty e Dickmann, 2009; Dickmann e Baruch, 2011), apresentavam-se, neste contexto empresarial específico, como intrinsecamente conflitantes com os relatos individuais das experiências vividas, ambíguas, contraditórias nos seus efeitos, com a eficácia relativa das práticas existentes, a necessidade da sua revisão continuada, persistente.¹

Em Portugal, como observado noutros contextos e geografias, além da semelhança e da homologia, poderá existir desencontro e assimetria nas representações e valorização da mobilidade e da ação internacional de uma empresa, entre empresas e trabalhadores, entre trabalhadores que apresentem percursos pessoais e profissionais distintos (Larsen, 2004; Pinto *et al.*, 2012). É frequente a assunção, por parte de empresas e organizações empregadoras, de existência de simetria de recursos, expectativas e representações da mobilidade internacional como contexto que confere vantagens às diferentes partes envolvidas (Larsen, 2004). Importará considerar, porventura, que, além de discursos de acento laudatório, a mobilidade e a prestação de trabalho em contexto internacional poderão corresponder, de

1 Na redação do presente livro, utiliza-se, por via de regra, o itálico como forma de ênfase concedida pelo autor a uma designação ou expressão particular, reservando-se o uso de aspas para a citação das fontes mencionadas.

igual modo, a um espaço de sombras, de disrupção, de ambivalência, de produção e eclosão de diferenças (Lindgren *et al.*, 2001; Siljanen *et al.*, 2009; Alvesson *et al.*, 2008). Para uma empresa, articular a ambiguidade e a diferença, tornando-a sustentável e força motriz de processos e relações de trabalho, constitui uma tarefa complexa, dependente da intervenção de fatores de diferente natureza.

Com o presente livro visa-se explorar as formas pelas quais as empresas em processo de internacionalização a partir de ou por referência a Portugal têm vindo a concretizar, no decurso da última década, práticas de mobilidade e prestação de trabalho em contexto internacional e, em sentido complementar, o modo como os trabalhadores mobilizados pelas empresas experimentam estas práticas. Uma prática concreta de mobilidade e prestação de trabalho em contexto internacional foi considerada como objeto de análise e referência empírica: a expatriação. Por expatriação entende-se uma prática de mobilização internacional de um trabalhador, que ocorre no espaço de uma organização e/ou entre organizações, com um objetivo específico (a prestação de trabalho). Trata-se, de forma continuada e persistente, nas últimas três décadas, de uma das modalidades de prestação de trabalho global mais utilizada como veículo-charneira de processos de internacionalização de organizações e empresas (Suutari *et al.*, 2009; Mayrhofer *et al.*, 2012; Baruch *et al.*, 2013; Mayrhofer e Reiche, 2014; McNulty e Brewster, 2019; Farndale *et al.*, 2019; Jooss *et al.*, 2020; Bonache *et al.*, 2021).

Em Portugal, a internacionalização de empresas, de organizações e da economia conheceu um primeiro período de expansão no início da década de 1990. Após este intervalo de tempo, seguiu-se um outro, até 2005, em que a crescente abertura de economias (a leste) e o incremento de concorrência suscitaram uma “alteração forte da estrutura de exportações” e um crescimento “moderado” de operações de âmbito internacional (Amador e Cabral, 2014: 221). No período compreendido entre 2008 e 2015, o movimento de internacionalização conheceu nova uma expansão significativa (Banco de Portugal, 2015), registando-se um crescimento de 10% do peso das exportações no produto interno bruto (PIB) nacional, passando esta contribuição de 31% para 41% (Fernandes, 2017). A este respeito, tem sido crescentemente relevada a contribuição do tecido empresarial português na internacionalização da economia (Fernandes, 2017; Esteves, Portela e Rua, 2018), consumada não apenas pela ação e pelo desempenho de empresas e sectores tradicionalmente exportadores (*e.g.*, indústria extrativa, transformadora, transportes e armazenamento), mas também com a contribuição crescente de empresas (e de sectores de atividade) (*e.g.*, *utilities*, serviços) que encetaram, no decurso da última década, movimentos de expansão da sua atividade no plano internacional (Banco de Portugal, 2016; Cabral, Manteu e Gouveia, 2020).

Em Portugal, as decisões empresariais de abertura ao exterior têm vindo a ser protagonizadas por empresas de maior dimensão e antiguidade, num conjunto restrito de sectores de atividade e geografias de destino (Amador e Cabral, 2014; Banco de Portugal, 2015; Banco de Portugal, 2016; Amador, 2017; Fernandes, 2017; Silva, Menezes e Radomska, 2018; Cabral, Manteu e Gouveia, 2020). Entre 2005 e 2015, no referente a movimentos de internacionalização empresarial emergente, importa assinalar a contribuição de empresas e de sectores associados à construção, comércio, prestação de

serviços de base tecnológica e científica, e desenvolvimento de produtos de alta tecnologia, tidos, em termos clássicos, como dificilmente transacionáveis no plano das trocas e do comércio internacional (Amador e Cabral, 2014; Amador, 2017; Fernandes, 2017). No concernente a esta mudança do perfil de atividade económica desenvolvida pelas empresas em Portugal, na relação com mercados externos, a atividade de exportação de serviços, um fenómeno contemporâneo global, registou uma multiplicação significativa (de 6,6 para 22,1 mil milhões de euros) no período compreendido entre 1996 e 2015, sendo particularmente expressiva (e competitiva) a variação observada nos serviços fornecidos pelas empresas (de 482 milhões de euros em 1995, para 4 mil milhões de euros, em 2015) (Banco de Portugal, 2015).

O incremento do número de empresas com origem portuguesa dotadas de operação internacional e a já aludida diversificação de sectores constitutivos deste acréscimo constituem, neste sentido, atributos definidores dos processos de internacionalização contemporânea da economia nacional. Trata-se de indicadores que importa ressaltar, pelo impacto que é possível reconhecer aos movimentos de expansão internacional no plano da organização das empresas, da remuneração e qualificação do trabalho, da criação de emprego e da recomposição dos processos produtivos. No caso do presente estudo, na seleção dos contextos e dos *casos* a considerar, atendendo ao intuito de assegurar pertinência e diversidade objetiva de processos de mobilização de trabalhadores em contexto internacional, à consideração de sectores tradicionais na economia portuguesa, no referente a dimensão, longevidade e trajetória de internacionalização (*e.g.*, retalho e distribuição), adicionaram-se sectores que apresentam, a este propósito, uma contribuição emergente. Cinco contextos empresariais foram assim considerados — *utilities*, retalho e distribuição, construção, consultoria/serviços de gestão, TIC/serviços de base tecnológica —, tendo sido retratados 24 casos de trabalhadores cuja trajetória pessoal e profissional foi pontuada, em maior ou menor grau, pela prestação de trabalho num regime formal de expatriação.

A estrutura do livro ilustra as diferentes etapas seguidas para dar forma ao objetivo de pesquisa anteriormente mencionado. Neste sentido, no Capítulo 1 clarifica-se um conjunto de opções de índole teórica-metodológica mobilizadas na definição da questão específica de pesquisa. Este capítulo remete, neste sentido, a um *status quaestionis*, à rede de intercâmbios textuais e analíticos que organizaram a genealogia e as condições de produção da pesquisa que se apresenta. No horizonte de problematização teórica adotado como centro de gravidade da pesquisa, a prestação de trabalho global (Baruch *et al.*, 2013; Jooss *et al.*, 2020) e, em particular, a expatriação de trabalhadores, constitui um operador nevrálgico, sendo objeto de enquadramento teórico no Capítulo 2.

Os resultados obtidos referentes à experiência concreta de prestação de trabalho em regime de expatriação nos 24 casos considerados são apresentados no Capítulo 3. Três perfis de trabalhador expatriado são apresentados (indivíduo-conforme; indivíduo-trajetória; indivíduo-em suspensão), espelho da diferenciação das experiências de expatriação observadas em termos empíricos. A diferenciação observada decorre, em particular, da forma como os indivíduos abordam a tensão, a polarização, a difluência, a continuidade e a descontinuidade contextual que a inscrição

numa situação de expatriação pode propiciar. O indivíduo-conforme e o indivíduo-trajetória constituem os dois polos extremos deste gradiente de ação. O indivíduo-em suspensão define um ponto intermédio, uma orientação de ação que se caracteriza pelo compromisso condicional em relação à situação presente, a procura preferencial de retração ou preservação num reduto entendido como familiar, a convivência tolerada, condicional, com a alteridade, com a coexistência dispersiva de vários diferentes.

Numa secção de *Considerações finais*, apresenta-se uma síntese dos resultados da pesquisa realizada, sugerindo possíveis horizontes de problematização em pesquisas futuras.